

Uma discussão sobre os modos de observação para intervenção no espaço urbano: o caso do Pau Miúdo, Salvador

A discussion about the modes of observation for intervention in urban space: the case of Pau Miúdo, Salvador

Una discusión sobre los modos de observación para la intervención en el espacio urbano: el caso del Pau Miúdo, Salvador

MAZIVIERO, Maria Carolina

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), DAU UFPR, mcarolmazi@hotmail.com

SILVA, Luis Octavio Pereira Lopes de Faria

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), PGAUR USJT / Escola da Cidade, lifariaesilva@gmail.com

ALMEIDA, Eneida

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), PGAUR USJT, eneida.almeida@gmail.com

RESUMO (100 a 250 palavras)

O artigo retoma um relato sobre a transformação do espaço urbano em Salvador, tomando por base os registros do levantamento do Brongo do Pau Miúdo, coordenado pelo arquiteto Sylvio Sawaya, nos anos 1980, revisto por ocasião de oficina realizada no V Enanparq – Salvador, 2018. Interessa refletir sobre formas de observar e compreender os espaços do cotidiano e as dinâmicas que os animam, de modo a incorporá-las no ato de projetar. O levantamento do arquiteto e sua equipe inicialmente lança mão de procedimentos ortodoxos, contudo desenvolve, ao longo do processo, métodos alternativos para precisar e sintetizar a compreensão da realidade. As conversas estabelecidas com os moradores naquele período sugeriam um questionamento às ações urbanizadoras de então e, de certa maneira, aos métodos de ação e de representação tradicionais de levantamento. O artigo está organizado em três partes: uma contextualização do processo nos anos 1980; uma análise sobre a dimensão participativa no planejamento e no projeto de intervenção urbana em territórios populares; uma reflexão sobre o habitar como forma de resistência política. Os resultados convergem para a legitimação de um processo de intervenção que exercite a observação do vivido e incorpore a escuta dos habitantes na formulação e na concretização das propostas de desenho urbano, na tentativa de rever os procedimentos e práticas de projeto que ainda privilegiam sobremaneira as técnicas abstratas de espacialização, relegando a plano secundário a apreensão da dimensão do cotidiano.

PALAVRAS-CHAVES: intervenção urbana, formas de apropriação do espaço, dimensão participativa.

ABSTRACT

The article takes up an account of the transformation of the urban space in Salvador, based on the records of the Brongo survey of Pau Miúdo, coordinated by the architect Sylvio Sawaya, in the 1980s, reviewed at a workshop held in V Enanparq - Salvador, 2018. It is interesting to reflect on ways of observing and understanding the spaces of daily life and the dynamics that animate them, to incorporate them in the act of projecting. The survey of the architect and his team, initially uses orthodox procedures, however, develops, throughout the process, alternative methods to precise and synthesize the understanding of reality. The conversations with the residents at that time suggested a questioning of the urbanizing actions of that time and, to a certain extent, the traditional methods of action and representation. The article is organized in three parts: a contextualization of the process in the 1980s; an analysis of the participatory dimension in the planning and design of urban intervention in popular territories; a reflection on living as a form of political resistance. The results converge to the legitimacy of an intervention process that exercises the observation of the everyday life and incorporates the listening of the inhabitants in the formulation and the concretization of the proposals of urban design. This is an attempt to review the procedures and practices of design that still greatly privilege the abstract techniques of spatialization, relegating to the secondary plane the apprehension of the dimension of daily life.

KEY WORDS (3 a 5): urban intervention, forms of appropriation of urban space, participatory dimension

RESUMEN

El artículo recoge un relato sobre la transformación del espacio urbano en Salvador, tomando como base los registros del levantamiento del Brongo del Pau Miúdo, coordinado por el arquitecto Sylvio Sawaya, en los años 1980, revisado con ocasión de un taller realizado en el V Enanparq - Salvador, 2018. Interesa reflexionar sobre formas de observar y comprender los espacios de lo cotidiano y las dinámicas que los animan, para incorporarlas en el acto de proyectar. El levantamiento del arquitecto y su equipo, inicialmente lanza procedimientos ortodoxos, pero desarrolla, a lo largo del proceso, métodos alternativos para precisar y sintetizar la comprensión de la realidad. Las conversaciones establecidas con los residentes, en aquel período, sugerían un cuestionamiento a las acciones urbanizadoras de entonces y, en cierta manera, a los medios de acción y representación tradicionales de levantamiento. El artículo está organizado en tres partes: una contextualización del proceso en los años 1980; un análisis sobre la dimensión participativa en la planificación y el proyecto de intervención urbana en territorios populares; una reflexión sobre el habitar como forma de resistencia política. Los resultados convergen para la legitimación de un proceso de intervención que ejercite la observación de lo vivido y la incorpore a la escucha de los habitantes en la formulación y en la concreción de las propuestas de diseño urbano en el intento de revisar los procedimientos y prácticas de proyecto que aún privilegian sobremodera técnicas abstractas de espacialización, relegando a plano secundario la aprehensión de la dimensión de lo cotidiano.

PALABRASCLAVE: intervención urbana, formas de apropiación del espacio, dimensión participativa.

1 INTRODUÇÃO

O artigo aborda impasses a que esteve submetida a equipe coordenada por Sylvio Sawaya, nos anos 1980, durante levantamento do bairro periférico do Pau Miúdo, em Salvador, valendo-se da reflexão de autores como Rykwert (2004) e Maricato (2003).

A seguir, atenta às táticas participativas que subvertem os modelos mais convencionais de intervenção, pautados por concepções abstratas e normativas generalizantes, inspirados em Dardot e

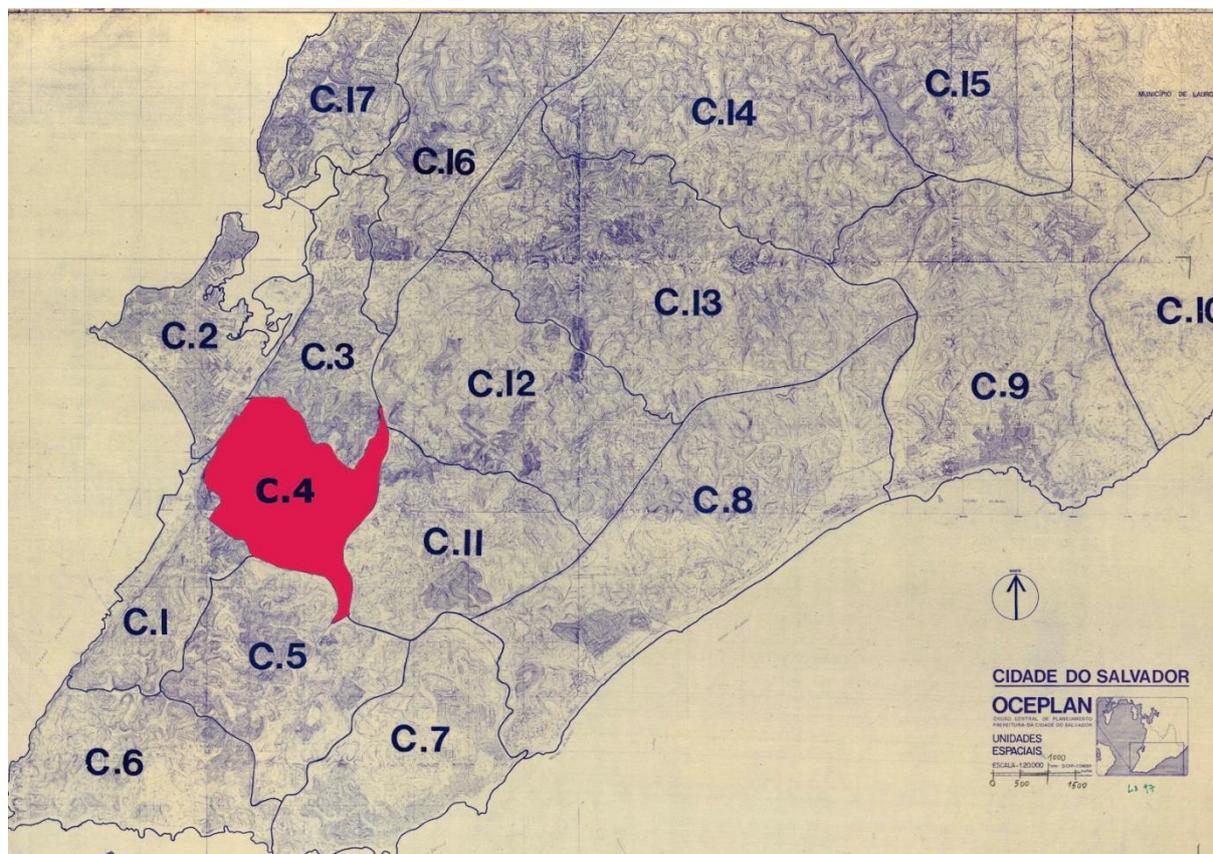
Laval (2016) e na lógica do comum, apoiados em autores como Acselrad e Coli (2008), e ainda Crampton e Krygier (2008). Kastrup e Barros (2015), por sua vez, enfatizam tanto a emergência dos conflitos, quanto as ligações afetivas explicitadas nesses mapeamentos.

A contribuição do antropólogo italiano, Franco La Cecla, estabelece um desfecho: o autor encoraja o exercício da capacidade de observar os lugares em suas dinâmicas peculiares de uso e, assim, fazer ecoar, nas propostas de intervenção, as práticas de resistência detectadas nos lugares, associadas a uma dimensão de pertencimento.

2 AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE TRABALHO DA EQUIPE DE SYLVIO SAWAYA NO PAU MIÚDO (1980): E O QUE VAMOS FAZER COM NOSSOS BÊBADOS?

Entre as Unidades Espaciais resultantes da divisão para o planejamento de Salvador dos anos 1970/80 está a Liberdade (Figura 1), com grande concentração de bairros com população de baixa renda. Dentre esses, há o bairro do Pau Miúdo, cuja parte setentrional era chamada de Brongo do Pau Miúdo. (Figura 2).

Figura 1: Mapa com Divisão da cidade de Salvador em Unidades Espaciais e destaque para a UE Liberdade.



Fonte: acervo do arquiteto Sylvio Sawaya. Editado pelos autores.

O levantamento do Brongo do Pau Miúdo evidenciou resquícios da sua forma de ocupação original. Sawaya fora contratado pelo OCEPLAN (Órgão Central de Planejamento), escritório público de projetos de Salvador que sucedera na década de 1980 o emblemático escritório dos anos 1940/50. No âmbito da discussão do OCEPLAN sobre a divisão da cidade, para efeito de planejamento e gestão, nas que foram chamadas Unidades Espaciais, Sawaya e sua equipe empreenderam uma verificação dos perímetros propostos, no sentido de observar a relação destes com a espacialização das comunidades locais. A discussão proposta pelo levantamento era a da dimensão territorial ou espacial de uma comunidade.

Figura 2: Bairro do Pau Miúdo e adjacências.



Fonte: acervo do arquiteto Sylvio Sawaya.

A decisão por investigar o Pau Miúdo se deu a partir de caminhadas pela região da Liberdade, importante concentração de população de baixa renda de Salvador, cidade que, depois de um período de relativa estagnação quanto ao crescimento econômico e populacional, na primeira metade do século XX, vinha crescendo com vigor e mostrava uma transformação urbana, em consonância com a afirmação de Joseph Rykwert, no livro *A Sedução do Lugar: A História e o Futuro da Cidade* de que:

Duas imensas ondas de populações rurais miseráveis se abateram sucessivamente sobre as cidades do mundo, inundando e inchando o tecido urbano quase até o ponto de ruptura. Foi a primeira dessas ondas, de fins do século XVIII a inícios do XIX, que deu forma para o tecido urbano que conhecemos. A onda recente e muito maior que tomou impulso em meados do século XX, ainda não se abateu: estamos nos debatendo nela e ainda não conseguimos distinguir suas modalidades e avaliar seu impacto com acuidade. (RYKWERT, 2004, p.27)

Nas cidades brasileiras, a partir dessa onda de ocupação acima referida, ocorrida durante o século XX, pode-se reconhecer:

ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e a ausência de fiscalização definem a desvalorização). (MARICATO, 2003, p.157)

A cidade de Salvador via, sobretudo desde os anos 1970, seus morros de bordas abruptas serem ocupados com grande rapidez. A lógica seguia, de certa maneira, o procedimento tradicional de caminhos no dorso seco dos morros, a partir do qual a ocupação se dava em ladeiras que eram consolidadas e mantidas pelos moradores, sem a presença do Poder Público, que depois chegava com a implantação de equipamentos e algumas redes de infraestrutura, num processo descrito por Ermínia Maricato, ao tratar das cidades brasileiras, como um crescimento sem Estado e sem Mercado:

É notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação. Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação mas não o direito à cidade. (MARICATO, 2003, p.154)

E o que vamos fazer com nossos bêbados? A interrogação foi apresentada ao arquiteto Sylvio Sawaya, segundo depoimento aos autores, durante o levantamento do Pau Miúdo, quando se debatia a renovação das escadarias nas ladeiras dali, em que se defendia no âmbito do Poder Público um desenho visto como racional, articulando circulação e drenagem, com geometria facilitadora de produção, montagem e manutenção de peças pré-moldadas para novas escadas a serem implantadas em grande escala, algo compatível com o que se observava como desafio quanto ao acesso dos bairros de baixa renda de Salvador. A regularidade e uniformidade no desenho dos degraus e no posicionamento dos patamares, paradoxalmente, se apresentava, como indutora de risco, entendimento que podemos ampliar de forma geral para as ações na cidade abduzida pela dinâmica dita modernizadora, para o urbanismo modernista (Figura 3).



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEPÇÃO DO
AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFRP



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO URBANO

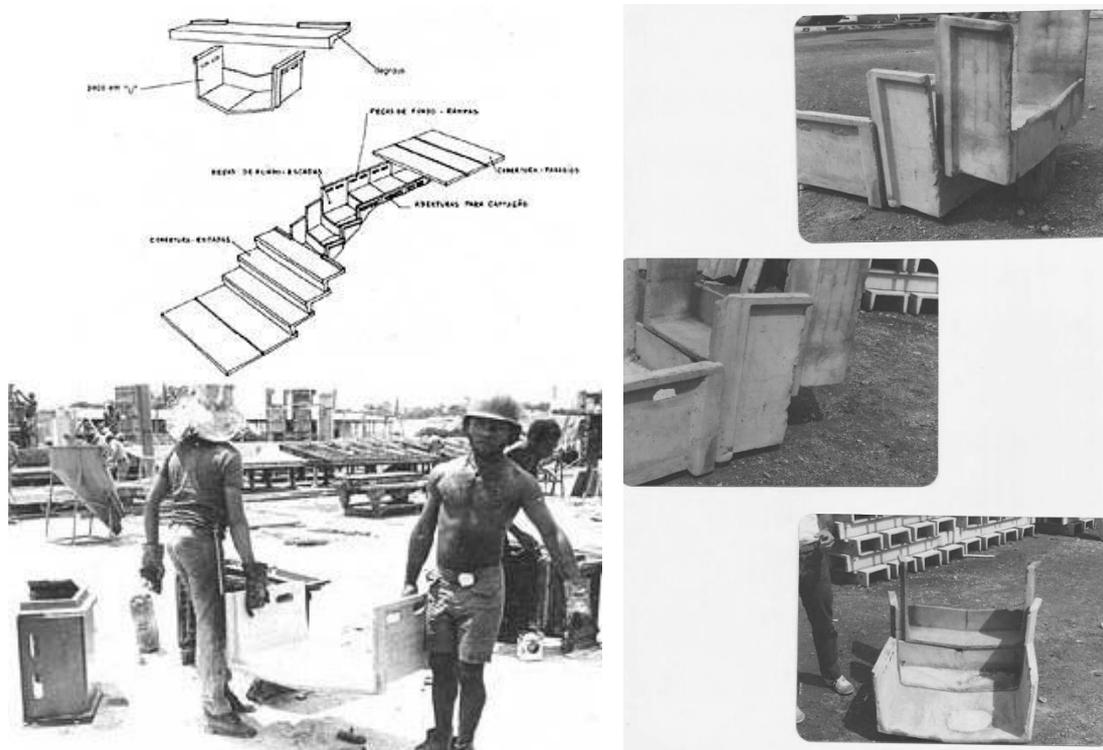


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



UNIVERSIDADE
POSITIVO

Figura 3: Sistema de pré-fabricação de escadas associadas à drenagem de águas pluviais.



Fonte: Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.074/341> e https://www.google.com/search?q=escadas+derenantes+salvador+lel%C3%A9&rlz=1C1GGRV_enBR751BR752&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjzpfOm3NziAhVyK7kGHYIAApEQ_AUIECgB&biw=1536&bih=755&dpr=1.25#imgrc=jplNWSvrYKDjgM. Acesso em 20/05/2019

A inquietação dos moradores das ladeiras mostra como a forma então existente nas escadas esculpidas no terreno, com degraus de pisos em geral longos e sem ritmo regular, numa geometria caótica segundo um olhar educado pela Academia (e com evidentes e importantes questões relacionadas ao manejo das águas pluviais a serem resolvidas), ia ao encontro de dinâmicas próprias da comunidade que se utilizava daqueles caminhos: os bêbados, parentes ou conhecidos da comunidade, que ali passavam, na pior das hipóteses, ao se desequilibrar, levariam um tombo pequeno, acomodando-se em algum dos patamares irregulares, evitando assim uma queda vertiginosa que se anunciava com as escadas regulares e geometricamente irrepreensíveis.

As ladeiras encontradas naquela localidade, frequentemente pronunciadas, representavam os espaços comunitários e o seu levantamento acabou por resultar em uma verificação da participação popular que se realizava ao longo do tempo quanto à acomodação e desenho dos espaços públicos nelas efetivados. Essa verificação colocou a luz em sinais da experiência cotidiana (Figura 4).

Figura 4: Ladeira no Brongo do Pau Miúdo, foto realizada durante o levantamento realizado pela equipe coordenada pelo arquiteto Sylvio Sawaya.



Fonte: acervo do arquiteto Sylvio Sawaya.

A inquestionável capacidade técnica da equipe de então teria recebido insumos importantes caso interações com os moradores dos bairros como o Pau Miúdo e tantos outros no Vale do Camurujipe tivessem sido levadas adiante (o levantamento do Brongo do Pau Miúdo foi interrompido e desconsiderado, segundo afirmação recente de participantes da equipe). Ajustes e variações poderiam ter sido pensados em uma participação mais abrangente, algo que não se efetivou em função de inúmeras condicionantes.

Em bairros como o do Pau Miúdo, as ações continuam a ser empreendidas de acordo com teorias, regras, modelos invariavelmente exógenos ao que se percebe, através de conversas naqueles lugares, procedimentos embasados em um conhecimento técnico-científico hegemônico, algo distante da experiência vivida pelos habitantes (Figura 5).

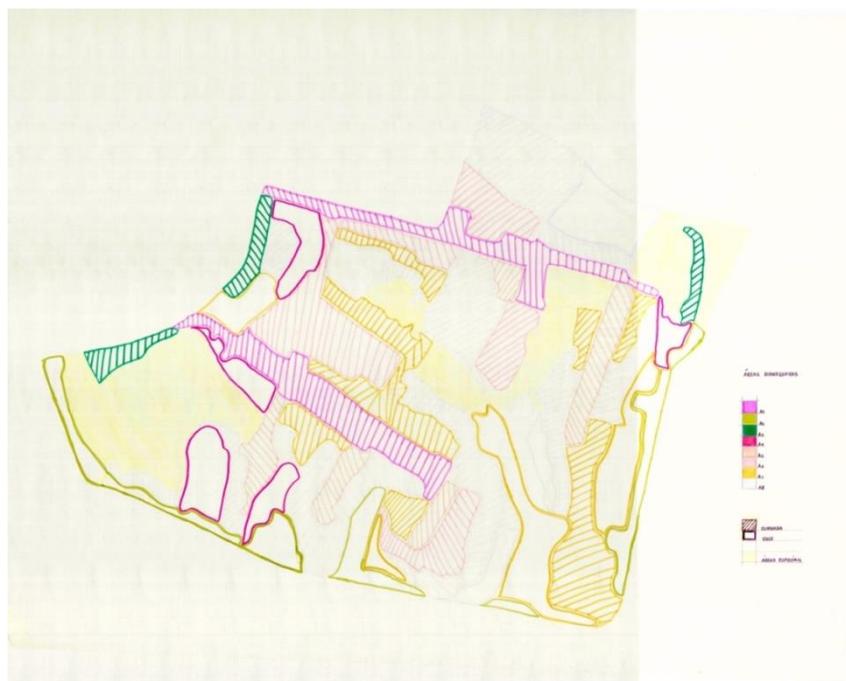
Figura 5: Pau Miúdo e adjacências – evolução urbana



Fonte: acervo do arquiteto Sylvio Sawaya

A defesa de outro tipo de postura não corresponde a uma conduta anticientífica, trata-se sim de propor uma atitude propensa à observação e leitura das contradições da cidade. (Figura 6).

Figura 6: Mapa com indicação de áreas com certa homogeneidade no Pau Miúdo, explicitando a busca de classificações não convencionais.



Fonte: Acervo de Sylvio Sawaya.

3 RESISTÊNCIAS LOCAIS E UMA CARTOGRAFIA SOCIAL

Refletir sobre a dimensão participativa no planejamento e no projeto de intervenção urbana em territórios populares exige pensar a partir de dinâmicas já estabelecidas e em andamento.

É enriquecedor compreender a produção da cidade, sobretudo em espaços periféricos, pelo olhar das diversas formas de apropriação do espaço estabelecidas como táticas subversivas ao modelo urbano vigente, que os exclui. As ações periféricas possuem caráter de denúncia social, com tentativa de melhoria de espaços a partir de ideias comunitárias, por processos colaborativos instaurados. Percebe-se que a lógica do comum (DARDOT & LAVAL, 2016), ou do fazer comum, já está presente há muito tempo nos espaços de informalidade e nas periferias, em especial nas estratégias de sobrevivência, nas relações informais de compartilhamento e engenhosidade coletiva. A periferia mostra-se como um campo aberto onde está posta a preexistência de situações de improvisação, com subversão da forma e desvio da função sugerida. No território da ausência, cria-se a partir da recombinação e da reconfiguração dos códigos vigentes, escapando às territorialidades e aproximando-se da ideia de resíduo, tal qual desenvolvida por Lefebvre, como aquele elemento que escapa aos sistemas e que contém o poder criador inesgotável (LEFEBVRE, 1967) (Figura7).

Figura 7: Elevação da Ladeira Osvaldo Gordilho, realizada no levantamento do Brongo do Pau Miúdo.



Fonte: Acervo de Sylvio Sawaya.

A produção de cartografias corresponde à elaboração coletiva de mapas, considerando a dimensão cotidiana e singular dos atores sociais que estão diretamente envolvidos com os territórios representados. Os mapas gerados são produtos de autoria de múltiplos sujeitos e explicitam o

espaço da vida cotidiana. Segundo Crampton e Krygier (2008, p. 15), “mapas são ativos; eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social”. Dessa forma, ao trabalharem na elaboração dos mapas, os cidadãos envolvidos produzem seu próprio território. Sobre esse aspecto, Gouvêa indica que “mapas constroem a realidade e não simplesmente a representam, são, portanto, instrumentos de produção da realidade” (2010, p. 21).

Como indica Acselrad e Coli (2008), a cartografia social está integrada a um processo de planejamento territorial e tem como proposta construir o território com os atores diretamente envolvidos.

Essa ferramenta tem como principal característica a construção de mapeamentos colaborativos de forma horizontal. Tem como proposta a elaboração de representações gráficas que podem exercer diferentes funções-dispositivo (KASTRUP; BARROS, 2015) e abordar os conflitos recentes de populações e grupos que têm sido colocados à margem da sociedade. Nesse tipo de produção cartográfica emergem diversos elementos e temáticas a serem incluídos em mapas, tal como a dimensão afetiva, nos quais a experiência de cada morador com o espaço é explicitada. Nesse sentido, a produção desses mapeamentos ao mesmo tempo em que desestabiliza as representações oficiais, carrega o caráter de reivindicação política e de resistência.

Esse método torna possível a participação direta dos cidadãos na concretização dos planos e na formulação de propostas de solução com maior chance de serem implementadas, na medida em que a equipe técnica é conduzida por arranjos espaciais com os quais a população já tem alguma vivência (Figura 8).

Figura 8: Fotos de trecho da Ladeira Osvaldo Gordilho, do levantamento do Brongó do Pau Miúdo, limite de onde se pode acessar sem salvo-conduto das facções que hoje dominam o bairro.



Fonte: acervo do arquiteto Sylvio Sawaya e atual (foto dos autores).

Esse ferramental evidencia, portanto, as tensões e as contradições que compõem o território, representadas pelos próprios envolvidos, enfatizando as diferentes dimensões e escalas desses conflitos. Kastrup e Barros (2015) indicam que é possível encontrar nos mapeamentos alguns elementos importantes das construções das subjetividades, pois os mapas são construídos caso a caso, ou seja, o método vai se fazendo no acompanhamento da convergência dinâmica do sistema de objetos e do sistema de ações.

4 POR UMA ANTROPOLOGIA COMO PROCESSO DE ESCUTA NA PRODUÇÃO DO URBANO

Em seu livro *Contro l'urbanistica*, o antropólogo italiano Franco La Cecla, examina o fenômeno da resistência urbana como uma espécie de exercício cívico de contraposição ao poder do Estado. Desse ponto de vista, assinala que uma das maneiras mais eficazes de resistir às formas de exclusão dos cidadãos e à invisibilidade de suas reivindicações perante o poder público dá-se nas formas de habitar os lugares. Nesses termos, sustenta que conferir um caráter de permanência ao uso dos espaços públicos já consiste numa transgressão, pois caracteriza uma utilização anômala, pelo simples fato de se contrapor ao habitual trânsito febril ou o corriqueiro deslocamento funcional.

Entretanto, do mesmo modo em que as cidades contemporâneas se veem sujeitas às lógicas de homogeneização próprias da globalização, há grupos que manifestam sua resistência e relutância em adotar estratégias exógenas, animados pela pretensão de viver conforme modos particulares de vida, calcados na concretude do "estar aqui e não em outro lugar" (LA CECLA, 2014, p. 25).

O habitar que extrapola a vida cotidiana do espaço privado, para apropriar-se do espaço público, passa a configurar por si só uma forma de resistência política. E apenas essa condição de exceção, por menor que possa parecer, pode ser considerada suficiente para operar uma importante transformação política (Figura 9).

Figura 9: Pau Miúdo, Avenida Marquês de Maricá: a ocupação da calçada com tendas de comércio informal transforma o espaço normalmente dedicado à circulação em espaço de troca e permanência.



Fonte: Registro dos autores

Segundo La Cecla, é necessário reformular a disciplina do urbanismo em seus procedimentos que priorizam a captação da realidade social por meio de cálculos, porcentagens, tabelas e mapas. Escapam-lhe, assim, os movimentos reais, aquilo que as pessoas vivem, pensam e sentem acerca da cidade. Se não entendem as lógicas de pertencimento aos lugares, se não compreendem os componentes vividos de cidadania dos distintos grupos sociais, suas estratégias continuam anacronicamente prisioneiras de uma visão obsoleta e não se mostram aptas a oferecer respostas às reivindicações locais, aderentes ao espírito da cidade comum.

5 ENGENDRANDO NOVAS INTERROGAÇÕES

Muita coisa mudou nas comunidades brasileiras em geral e soteropolitanas em particular desde o levantamento realizado no Brongo do Pau Miúdo nos anos 1980. Se o Pau Miúdo foi percebido como uma comunidade há 30 anos, subsiste a questão sobre representar uma unidade na perspectiva de uma categorização concreta de espaço. Podemos nos perguntar: havia naquela comunidade uma linguagem própria, um discurso próprio, um espaço metafórico?

Hoje, percebe-se ali um território cindido por uma interdição insinuada a áreas nas quais é vetada a circulação de pessoas que não pertencem à comunidade, sendo perceptível a presença de agentes locais controladores de atividades ilícitas. O fato de ser hoje em grande medida composto por subdivisões reclusas confirma a existência dessa unidade espacial de comunidade no Pau Miúdo?

Diante dos silêncios face às nossas perguntas quando da visita ao bairro em 2018, confirma-se uma dimensão espacial de relações locais, ainda que sob o domínio de infratores?

Percebem-se atualmente no bairro muros, gradis e portões delimitando determinadas parcelas do território, como se a população local reproduzisse lógicas típicas dos enclaves de classe média e alta. Há que se refletir sobre o significado desse fenômeno da existência de condomínios fechados dentro do Pau Miúdo.

Por fim: uma comunidade como a que se levantou em 1980 tem vida longa ou pode ser efêmera? Aquela comunidade pressentida pelo levantamento de 1980 subsiste?

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao arquiteto Sylvio Sawaya por disponibilizar material de seu acervo para pesquisas, algo que tem sido realizado desde 2017 e que conta com visitas e entrevistas, sempre com atenção e simpatia por parte do arquiteto e de seus colaboradores.

7 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. *Uma introdução à cartografia crítica*. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum. Ensaio para a Revolução no Século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

GOUVÊA, J. P. N.. *Cidade do mapa. A produção do espaço de São Paulo através de suas representações cartográficas*. Dissertação de mestrado. FAU USP. São Paulo, 2010.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos-Funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LA CECLA, F. *Contro l'urbanística*. Turim: Einaudi, 2014.

LEFEBVRE, H. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2002.

_____. *Metafilosofia: Prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MARICATO, E. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos Avançados. 17. (2003) 10.1590/S0103-40142003000200013.

RYKWERT, J. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.